



AZ@BXL

Número: 395

Data: 2026.03.06

No título: *“O Paleosismo do Google que o tio Paulo gosta #04”*

(Técnica: Técnica mista s/ algodão)

Créditos: **Margarida Andrade**, nasceu em Ponta Delgada, São Miguel, em 1996. É licenciada em Belas-Artes – Pintura, pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, com ERASMUS na Cardiff School of Arts and Design, Cardiff Metropolitan University, Reino Unido, e é Mestre em Artes Visuais e Educação pela Facultad de Bellas-Artes de la Universitat de Barcelona.

Cortesia: **Galeria Fonseca Macedo**

Nota: Nesta edição, damos continuidade a uma nova sequência de publicações com o intuito de divulgar obras de artistas açorianos ou a residir nos Açores. Deixamos o nosso mais sincero agradecimento a todos os artistas que aceitaram participar, bem como à Galeria Fonseca Macedo, que prontamente aceitou o desafio e se disponibilizou para colaborar.

DESTAQUES



[Concurso Licenciados \(Grau AD5\)](#)

[Comissão propõe Lei do Acelerador Industrial para reforçar a indústria e criar emprego na Europa](#)

[Comissão apresenta estratégia portuária da UE para reforçar a competitividade, a segurança e a sustentabilidade dos portos europeus](#)

[Comissão lança estratégia marítima industrial para um setor marítimo da UE competitivo, sustentável e resiliente](#)

[Comissão apresenta nova Estratégia para a Igualdade de Género 2026-2030 para uma Europa mais igualitária, coesa e bem-sucedida](#)

Comissão apresenta a primeira estratégia para a equidade intergeracional

Relatório Geral da Comissão de 2025 destaca as ações da UE em prol dos cidadãos e das empresas num ano marcado por mudanças profundas

União Europeia e Suíça assinam novos acordos para aprofundar relações

Conselho e Parlamento chegam a acordo provisório para dar aos agricultores uma posição negocial mais forte na cadeia de abastecimento alimentar



Até 9 de março

Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Política Social, 9 de março de 2026

Os ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais aprovarão conclusões do Conselho dedicadas ao tema «Investir nas crianças» e trocarão pontos de vista sobre a forma de quebrar o ciclo da pobreza. Estão também na ordem do dia o ciclo do Semestre Europeu, uma recomendação sobre o capital humano, e a utilização da IA para reforçar os empregos de qualidade e os direitos dos trabalhadores. Durante o almoço, o Conselho debaterá soluções para a crise da habitação num panorama demográfico em mutação.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#) e assistir [aqui](#) aos pontos da agenda que decorrerão em sessão pública.

Consulta pública sobre revisão das regras de proteção do meio marinho

A Comissão Europeia abriu uma consulta pública e um convite à apresentação de provas no âmbito da revisão da [Diretiva-Quadro Estratégia Marinha](#) (MSFD), com o objetivo de reforçar a proteção dos ecossistemas marinhos e simplificar a sua aplicação.

A revisão segue-se à avaliação da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (MSFD), publicada em março de 2025, que reconheceu os progressos realizados, mas concluiu que a diretiva ainda não alcançou plenamente o objetivo de garantir um bom estado ambiental nos mares europeus, sendo o elevado nível de poluição e a perda de biodiversidade marinha apontados como os principais motivos para a falta de sucesso da iniciativa.

A iniciativa está aberta à participação de cidadãos, entidades públicas e organizações interessadas até **9 de março de 2026** (23h59 hora de Bruxelas), através do portal "[Dê a Sua Opinião](#)".

9 a 12 de março

Sessão Plenária do Parlamento Europeu

A próxima sessão plenária do Parlamento Europeu irá decorrer em Estrasburgo nos próximos dias 9 a 12 de março, podendo consultar [aqui](#) a agenda provisória da sessão plenária.

Pode consultar [aqui](#) em detalhe todos os destaques desta sessão plenária.

Poderá ainda assistir em direto à [sessão plenária através do EP Live](#).

Até 10 de março

Concurso Licenciados (Grau AD5)

A União Europeia está à procura de licenciados de todas as áreas de estudo para integrar a sua função pública. O [Serviço Europeu de Seleção de Pessoal \(EPSO\)](#) está a lançar um concurso público para constituir uma lista de reserva, a partir da qual as instituições, órgãos e agências da União Europeia poderão recrutar novos membros da função pública como administradores ([grau AD5](#)).

O período de candidaturas termina a 10 de março de 2026, às 12h00 (hora de Bruxelas), 10h00 (hora dos Açores).

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Até 11 de março



Comissão apoia projetos de literacia mediática com 3 milhões de euros

A Comissão Europeia abriu um [convite à apresentação de propostas](#), no valor de 3 milhões de euros, destinado a apoiar projetos inovadores que reforcem a literacia mediática e ajudem os cidadãos a navegar de forma crítica e informada no ambiente digital.

As iniciativas poderão decorrer online ou offline e devem tornar o processo de aprendizagem sobre os media mais interativo e envolvente, ao mesmo tempo que ajudam profissionais do setor a adaptar-se a novos formatos e tendências de consumo.

O prazo para apresentação de propostas termina a 11 de março de 2026, e o convite está aberto a parceiros de países participantes no programa [Europa Criativa](#).

Até 12 de março



Atualização da governação da União da Energia e da ação climática: Consulta Pública

As regras atuais criaram um mecanismo de governação baseado no planeamento estratégico, na elaboração de relatórios e na monitorização, para ajudar a UE e os Estados-Membros a atingirem os seus objetivos em matéria de clima e de energia.

Esta iniciativa da Comissão Europeia prevista para o quarto trimestre de 2026, visa manter a Europa no bom caminho para cumprir os seus objetivos em matéria de clima, integrando, reforçando e modernizando simultaneamente essas regras e propondo para a próxima década um quadro propício que garanta a competitividade e a sustentabilidade da Europa.

O período de consulta decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 12 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 13 de março



Combater a fraude online – plano de ação: convite à apreciação

Os esquemas de fraude são o setor da criminalidade organizada em mais rápida expansão. A escala da fraude em linha — impulsionada pelos progressos na automatização e na IA — atingiu um nível sem precedentes, prevendo-se que continue a aumentar. Este plano de ação visa reduzir significativamente a incidência e o impacto da fraude em linha (incluindo por telefone) em toda a UE, reforçando a coordenação, melhorando o apoio às vítimas e impulsionando a cooperação transfronteiras, estabelecendo assim uma abordagem mais integrada.

Pode apresentar os seus comentários em resposta ao convite à apreciação até ao dia 13 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 16 de março



Política da UE para o Ártico – Comissão Europeia lança convite à apreciação e consulta pública

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta [pública e um convite à apreciação](#) no âmbito do processo de atualização da política da UE para o Ártico. Esta atualização é necessária para manter a pertinência e a eficácia da política na resposta à evolução dos desafios e das oportunidades no Ártico.

A consulta pública e o convite à apreciação decorrerão até **16 de março de 2026**, esperando a Comissão receber uma série de contributos das partes interessadas, nomeadamente de: Estados-Membros da EU; Comunidades indígenas e locais; Representantes da indústria; Organizações da sociedade civil; Academia .

A iniciativa surge na sequência do [anúncio do Presidente da Comissão Europeia de rever a política da UE para o Ártico](#), a fim de garantir que está apta a enfrentar os desafios atuais e futuros.

Até 17 de março



Candidaturas aos prémios Novo Bauhaus Europeu 2026

A Comissão Europeia abriu o período de candidaturas a vários prémios que celebram a inovação e a criatividade inspiradas pelo Novo Bauhaus Europeu (NEB). Nesta sexta edição dos Prémios Novo Bauhaus Europeu e segunda edição do Prémio Estímulo do Novo Bauhaus Europeu para Pequenos Municípios («New European Bauhaus Boost for Small Municipalities»), a Comissão Europeia volta a apelar à apresentação de projetos belos, sustentáveis e inclusivos, de toda a Europa e mais além, que tenham potencial para melhorar a vida dos cidadãos e reforçar a inovação e a participação.

O prazo para apresentação de candidaturas encerra a 17 de março de 2026, às 18h00 (hora de Portugal continental), devendo as mesmas ser feitas na [plataforma dos Prémios Novo Bauhaus Europeu](#). A plataforma disponibiliza [guias do candidato](#) com informações pormenorizadas sobre o processo de candidatura.

Os projetos finalistas dos Prémios Novo Bauhaus Europeu 2026 serão anunciados durante a terceira edição do [Festival Novo Bauhaus Europeu](#) que terá lugar de 9 a 13 de junho de 2026, sendo os vencedores revelados na cerimónia dos Prémios Novo Bauhaus Europeu no outono de 2026.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).



Normas em matéria de plásticos de utilização única e artes de pesca (avaliação)

Os produtos de plástico de utilização única e as artes de pesca que contêm plástico constituem uma importante fonte de lixo marinho que ameaça os ecossistemas marinhos, a biodiversidade e a saúde humana. Esse tipo de lixo prejudica o exercício de atividades como o turismo, as pescas e o transporte marítimo.

A Diretiva Plásticos de Utilização Única de 2019 visa prevenir estes resíduos e reduzir o seu impacto no meio marinho. Esta iniciativa avaliará o impacto das medidas previstas na diretiva, devendo servir de base para futuras atualizações ou alterações da mesma.

Pode apresentar os seus comentários em resposta ao convite à apreciação até ao dia 17 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal [“Dê a sua opinião”](#).

Até 20 de março



Produção biológica — atualizações específicas e simplificação: apresentar comentários sobre este ato adotado

Esta iniciativa atualiza as regras relativas à produção biológica a fim de: proporcionar clareza e segurança às empresas no que concerne à importação de produtos biológicos ao abrigo do regime de equivalência, na sequência de um acórdão do Tribunal de Justiça da EU; prorrogar o reconhecimento das normas de produção biológica equivalentes de países terceiros além do atual prazo de 31 de dezembro de 2026, com vista a evitar perturbações do comércio; e, simplificar determinadas regras de forma direcionada para tornar a produção biológica da UE mais competitiva e reduzir a carga regulamentar.

Pode apresentar os seus comentários em relação ao ato adotado até ao dia 20 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal [“Dê a sua opinião”](#).

Até 23 de março



Comissão procura contributos para definir a sua estratégia para as comunidades costeiras

A Comissão Europeia lançou um [convite público à apreciação durante quatro semanas para](#) ajudar a conceber a primeira estratégia da UE para as comunidades costeiras, um compromisso fundamental no âmbito do [Pacto Europeu para os Oceanos](#).

Esta estratégia visa apoiar, impulsionar o crescimento económico sustentável e dar resposta aos desafios enfrentados pelos milhões de pessoas que vivem e trabalham ao longo das costas europeias.

Até 23 de março de 2026, a Comissão convida os cidadãos, as empresas, os órgãos de poder local e regional, as ONG e os peritos a partilharem as suas perspetivas sobre as questões mais prementes que afetam as comunidades costeiras.

Os contributos ajudarão a definir a estratégia específica, que se centrará na libertação do potencial da economia azul através da inovação, da descarbonização, da renovação geracional e da melhoria da conectividade, reforçando simultaneamente a resiliência às alterações climáticas contra ameaças como a subida do nível do mar, a erosão e a perda de biodiversidade. Além disso, a estratégia procurará promover comunidades inclusivas e dinâmicas, abordando desafios como a escassez de habitação,

o turismo excessivo e o despovoamento, assegurando o acesso a serviços essenciais e preservando o património cultural que define a vida costeira.

Até 24 de março



Pesca e aquicultura – Visão 2040

A visão 2040 visa estabelecer o quadro estratégico global para promover a competitividade, a resiliência e a sustentabilidade dos setores da pesca e da aquicultura, incluindo o setor da transformação, em consonância com o Pacto Europeu dos Oceanos.

A visão 2040: identificará os problemas críticos que afetam toda a cadeia de valor; delineará as medidas a tomar para os resolver; basear-se-á na avaliação do Regulamento Política Comum das Pescas; e, será alinhado com a estratégia da UE para a ação externa no domínio das pescas e com o roteiro para a transição energética dos setores da pesca e da aquicultura da UE.

O período para apresentação de comentários decorre até ao dia 24 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".

24 e 25 de março



Evento anual do Pacto Europeu para o Clima 2026: Juntos em ação

Realizado em Bruxelas e em linha, o programa de eventos «Juntos em Ação 2026» tem algo para todos, desde explorar o futuro da política climática com peritos experientes a inspirar-se em iniciativas de sustentabilidade lideradas pela comunidade.

Este evento constitui uma oportunidade para: ouvir a Comissão Europeia, incluindo o Comissário Wopke Hoekstra, sobre o futuro da política climática da UE; participar em sessões inspiradoras de membros da comunidade do Pacto Europeu para o Clima sobre a forma como lideram a acusação contra as alterações climáticas; explorar exposições, mostras artísticas e sessões criativas sobre a ação climática e conhecer pessoas de toda a Europa que partilham as mesmas ideias.

As sessões de 24 e 25 de março estarão abertas a todos os interessados na ação climática. Os membros da comunidade do Pacto Europeu para o Clima são exclusivamente convidados a participar num dia especial da comunidade, em 23 de março. Visite a [página](#) Juntos em Ação 2026 para ver os destaques do programa.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre este evento, bem como a ligação para efetuar o registo.

Até 31 de março



Garantias estatais – Revisão da Comunicação relativa às garantias: convite à apreciação de contributos

A Comunicação relativa às garantias define a abordagem da Comissão em matéria de auxílios estatais concedidos sob a forma de garantias.

A recente avaliação da comunicação realizada pela Comissão revelou que existem alguns domínios a melhorar, sendo necessário, nomeadamente: assegurar a conformidade dos prémios de garantia com o mercado; assegurar uma maior coerência com outras regras em matéria de auxílios estatais; e, simplificar a comunicação de informações, reduzindo assim os encargos administrativos para os Estados-Membros.

Pode apresentar os seus comentários até ao dia 31 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 1 de abril



Estratégia da UE para as ilhas

As ilhas da UE têm um grande potencial de desenvolvimento, mas enfrentam também desafios estruturais relacionados com a sua insularidade, incluindo a vulnerabilidade económica e as pressões demográficas, que lhes limitam a sua capacidade de crescimento sustentável e resiliência. A estratégia visa estabelecer um quadro estratégico comum para o desenvolvimento das ilhas, norteando a ação da UE e permitindo aos Estados-Membros orientarem de forma mais eficaz a programação e a execução das políticas nacionais, a fim de aproveitarem as oportunidades de desenvolvimento sustentável.

O período para apresentação de comentários decorre até ao dia 1 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 2 de abril



Mercado único — pôr termo a restrições territoriais injustificadas à oferta: período para apresentação de comentários

As restrições territoriais à oferta são limitações impostas por certos grandes fabricantes para dificultar ou impedir que os retalhistas comprem produtos num país da UE e os revendam noutro. Essas restrições fragmentam o mercado único, limitam a escolha dos consumidores e contribuem para disparidades de preços significativas na UE para os bens de consumo correntes.

A estratégia para o mercado único, adotada em maio de 2025, anunciou instrumentos para lutar contra essas práticas em situações que não são abrangidas pelo direito da concorrência.

O período para apresentação de comentários decorre até ao dia 2 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 4 de abril



Segurança dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais — Pacote Omnibus Simplificação

Esta iniciativa visa aumentar a competitividade dos agricultores da UE e da indústria dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais, bem como reduzir os encargos administrativos para as autoridades dos Estados-Membros relacionados com as autorizações de introdução no mercado dos produtos.

A iniciativa irá: acelerar o acesso das substâncias e dos produtos de controlo biológico ao mercado da EU e simplificar e clarificar os requisitos regulamentares em matéria de produtos fitofarmacêuticos, produtos biocidas, aditivos para a alimentação animal, higiene dos géneros alimentícios e controlos oficiais, bem como outras medidas destinadas a simplificar a legislação alimentar da UE.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 4 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



Ato legislativo sobre biotecnologia

O setor da biotecnologia desempenha um papel fundamental em vários domínios da economia da UE. É impulsionado pela investigação, evolui rapidamente e exige investimentos públicos e privados substanciais.

O ato legislativo sobre biotecnologia irá propor uma série de medidas com o objetivo de criar um ambiente propício para acelerar a transição dos produtos biotecnológicos do laboratório para a fábrica e para o mercado, mantendo as mais elevadas normas de segurança relativas à proteção da população e do ambiente.

Pode apresentar os seus comentários em relação ao ato adotado até ao dia 4 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 6 de abril



Política Agrícola Comum 2023-2027 – avaliação intercalar

Desde 1962, a política agrícola comum (PAC) tem sido uma pedra angular da política da UE, apoiando os agricultores e garantindo a segurança alimentar da Europa.

A avaliação intercalar analisará os primeiros resultados da PAC 2023-2027. Avaliará os progressos realizados na consecução dos seus objetivos associados aos objetivos partilhados da UE em prol da sustentabilidade social, ambiental e económica da agricultura e das zonas rurais.

O período para apresentação de comentários decorre até ao dia 6 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 10 de abril



Sistema europeu de comunicações críticas: consulta pública

As equipas de primeira intervenção (agentes de polícia, bombeiros e serviços de intervenção de emergência) não podem utilizar facilmente os seus rádios e os telemóveis inteligentes quando colaboram com colegas de outros Estados-Membros para além das suas fronteiras.

O Sistema europeu de comunicações críticas ligará os sistemas de comunicação das equipas de primeira intervenção da UE e do espaço Schengen, o que facilitará, nomeadamente, as suas operações de salvamento e contribuirá para reforçar a resiliência e a autonomia estratégica da UE.

O período de consulta pública decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 10 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 19 de abril



Consulta específica sobre a competitividade do setor bancário da UE

Esta consulta contribuirá para o relatório de 2026 da Comissão sobre a competitividade do setor bancário da UE, que faz parte da estratégia da União da Poupança e do Investimento.

A presente consulta está aberta a um vasto leque de partes interessadas no funcionamento e na competitividade do setor bancário da UE e no mercado único bancário.

Pode encontrar [aquí](#) mais informação sobre esta consulta e como poderá participar na mesma.

Até 22 de abril



Diretiva Denúncia de Irregularidades - avaliação

Nos termos do artigo 27.º, n.º 3, da Diretiva Denúncia de Irregularidades, a Comissão deve apresentar ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório em que seja avaliado o impacto da legislação nacional de transposição da diretiva.

Esta iniciativa avaliará se as regras estão a funcionar como previsto e examinará os domínios em que poderão ser necessárias medidas suplementares ou alterações.

O período de consulta decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 22 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 23 de abril



Comissão convida a apresentar observações sobre o projeto de novo regulamento geral de isenção por categoria relativo aos auxílios estatais

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública](#) sobre o projeto de regulamento [geral de isenção por categoria \(RGIC\)](#) mais simples e simplificado. O RGIC define categorias específicas de auxílios estatais como compatíveis com as regras da UE, se preencherem determinadas condições, e isenta-as de notificação prévia e de aprovação pela Comissão. Tal permite que os Estados-Membros prestem rapidamente auxílios se estiverem preenchidas as condições que limitam a distorção da concorrência no mercado único.

A Comissão convida os Estados-Membros e todas as outras partes interessadas a apresentarem as suas observações sobre o projeto até 23 de abril de 2026. Para além da consulta agora lançada, o projeto de proposta será debatido em reuniões entre a Comissão e os Estados-Membros. A consulta pública terminará em 23 de abril de 2026. A adoção do RGIC revisto está prevista para o final de 2026, antes de o atual RGIC expirar em 31 de dezembro de 2026.



Promoção dos produtos agrícolas

A Comissão Europeia cofinancia e também organiza diretamente campanhas e eventos para promover os produtos agrícolas da UE em todo o mundo. Esta ação é realizada sob o lema «Enjoy, it's from Europe» (Aproveite, é da Europa), que visa sensibilizar para os esforços envidados pelos agricultores europeus para produzir produtos de qualidade. Estas atividades promocionais contribuem para reforçar a sua visibilidade nos mercados da UE e internacionais, em conformidade com a política de promoção [da UE](#).

O período para apresentação de candidaturas decorre até ao dia 23 de abril de 2026, podendo encontrar [aquí](#) mais informação.

Até 26 de abril



Prémios europeus da produção biológica 2026: o melhor da agricultura biológica da UE

A 5.ª edição dos Prémios Europeus da Produção Biológica [está agora aberta a candidaturas](#) até 26 de abril de 2026. Estes prémios celebram líderes na cadeia de valor biológica que desenvolvem projetos inspiradores que melhoram a produção e o consumo de alimentos biológicos. Os vencedores deste ano serão celebrados na cerimónia de entrega dos prémios no Dia Biológico da UE, 23 de setembro, em Bruxelas.

Os prémios europeus da produção biológica são organizados conjuntamente pela Comissão Europeia, pelo Comité Económico e Social [Europeu](#), pelo Comité das Regiões [Europeu](#) e pelo [COPA-COGECA](#), e [IFOAM Organics Europe](#), com a participação do Parlamento Europeu e do Conselho na avaliação.

Serão atribuídos sete prémios em seis categorias: melhor agricultor biológico (feminino e masculino); melhor região/biodistrito biológico; melhor cidade em produção biológica; melhor PME de transformação de alimentos biológicos; melhor retalhista de alimentos biológicos; e, melhor Restaurante/Serviço de Comida Biológico.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre quem e como se pode candidatar.

Até 27 de abril



Consulta específica sobre as saídas de participações privadas

A presente consulta pretende explorar formas de facilitar aos investidores em empresas privadas a venda das suas participações.

Os principais destinatários da consulta são os investidores em participações privadas, em especial os fundos de participações privadas e os fundos de capital de crescimento, bem como as empresas privadas. Outras partes interessadas podem incluir empresas, autoridades públicas e autoridades de supervisão.

O objetivo da consulta é recolher dados sobre eventuais obstáculos ou questões à saída dos investimentos em participações privadas na UE, os méritos e as possíveis características de conceção de uma plataforma de negociação secundária de ações de empresas privadas, bem como os méritos de uma utilização alargada dessa plataforma para mobilizar novos capitais próprios.

As respostas devem ser enviadas através do questionário em [linha](#).

28 a 30 de abril



Preparação para os convites à apresentação de propostas LIFE 2026

Prevê-se que os convites à apresentação de propostas LIFE 2026 sejam publicados em 21 de abril de 2026. A CINEA organizará os dias de informação #EULIFE26 em linha, para apoiar potenciais candidatos.

Os dias de informação [LIFE 2026](#) terá lugar em linha de terça-feira, 28 de abril, a quinta-feira, 30 de abril. As inscrições serão abertas no dia 2 de março. Estas sessões destacarão os temas prioritários para 2026, fornecerão informações sobre os quatro subprogramas LIFE e prestarão aconselhamento sobre a forma de preparar uma boa proposta.

O evento será transmitido em direto e as perguntas serão respondidas em direto via slido.com.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Até 6 de maio



Revisão da Diretiva Direitos dos Acionistas: consulta pública

A avaliação e a eventual revisão da Diretiva Direitos dos Acionistas respondem aos apelos das partes interessadas, que apontam para ineficiências na interação entre as empresas, os seus acionistas e os intermediários. O objetivo é tornar mais fácil e mais barato investir e operar em todo o mercado único.

Este quadro simplificado será complementado por outras medidas destinadas a combater a fragmentação do mercado de capitais da UE e a promover a competitividade e o crescimento.

O período de consulta decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 6 de maio de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

21 e 22 de maio



Dia Europeu do Mar (EMD)

O EMD 2026 terá lugar nas instalações do Carob Mill na cidade velha de Limassol: Carob [Mill Restaurants – Ultimate Dinning Experience \(em inglês\)](#). Este espaço de eventos, onde decorrerão as sessões de alto nível, a exposição e parte dos workshops, será combinado com 2 espaços de eventos muito próximos (para workshops).

O EMD é a ocasião para prestar homenagem à «Europa marítima» e colocar todos os setores e atividades marítimas no centro das atenções, a fim de ajudar os cidadãos europeus a compreender o alcance real e a variedade das atividades relacionadas com o mar em curso na Europa e provocar uma reflexão sobre o papel crucial que os mares desempenham na nossa vida quotidiana.

É o evento anual durante o qual a comunidade marítima da Europa se reúne para estabelecer redes, debater e delinear ações conjuntas em matéria de assuntos marítimos e economia azul sustentável.

O EMD 2026 é organizado pela Comissão Europeia, pelo Ministério Adjunto dos Transportes Marítimos da República de Chipre e pelo Município de Limassol.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).



Agricultura, Alimentação e Ruralidade

UE cultiva pouco a inovação na agricultura

O instrumento que a União Europeia (UE) criou para tornar a agricultura mais produtiva e sustentável através da modernização (conhecido como "PEI-AGRI") ficou aquém do que podia alcançar. Esta é conclusão do Tribunal de Contas Europeu (TCE), dada a conhecer num relatório especial agora publicado.

Entre 2014 e 2022, quase mil milhões de euros de verbas nacionais e europeias foram usadas para incentivar novas práticas agrícolas ao abrigo do instrumento. Porém, muitas vezes não trouxeram novidades úteis, fáceis de aplicar no mundo real ou muito aceites pelos agricultores. O TCE aconselha dar atenção às necessidades efetivas de quem vive da agricultura, escolhendo melhor os projetos e divulgando os resultados de forma mais eficaz, para que todo o setor tire partido dos desenvolvimentos.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre este relatório do TCE e consultar [aqui](#) a sua versão integral.

Conselho adota regras para combater práticas comerciais desleais transfronteiriças no setor agroalimentar

O Conselho [adotou](#) o regulamento relativo a novas regras destinadas a combater práticas comerciais desleais transfronteiriças na cadeia de fornecimento agrícola e alimentar.

Estas novas regras visam melhorar a cooperação entre as autoridades da UE responsáveis pela aplicação das regras sobre práticas comerciais desleais em situações em que fornecedores e compradores estão estabelecidos em diferentes Estados-Membros. Faz parte do esforço da UE para apoiar os agricultores na cadeia de abastecimento, especialmente garantindo uma distribuição justa dos rendimentos ao nível dos agricultores.

As novas regras entrarão em vigor 18 meses após a sua publicação no Jornal Oficial da UE, para dar aos Estados-Membros tempo para prepararem a implementação deste novo quadro jurídico.

Conselho e Parlamento chegam a acordo provisório para dar aos agricultores uma posição negocial mais forte na cadeia de abastecimento alimentar

O Conselho chegou a um acordo provisório com o Parlamento Europeu sobre uma alteração direcionada do regulamento da organização comum de mercado de produtos agrícolas (OCM), bem como sobre os regulamentos que regem a política agrícola comum (PAC).

O acordo dará aos agricultores uma posição de negociação mais forte na cadeia de valor agroalimentar. O quadro atualizado apoia cadeias de abastecimento mais equilibradas e resilientes, incluindo tornar os contratos escritos uma regra geral, reforça as organizações de

produtores e contribui para uma maior estabilidade de rendimento para os agricultores e meios de subsistência mais justos na agricultura. A proposta também protege as denominações de carne e de certos produtos cárneos para garantir a transparência para o consumidor e uma concorrência justa.

Pode encontrar [aqui](#) em detalhe mais informação sobre os principais elementos do acordo alcançado.



Ambiente

Meta climática para 2040: Conselho dá luz verde definitiva

O Conselho [adotou](#) formalmente a alteração da Lei Europeia em matéria de Clima, definindo uma meta climática intermédia vinculativa para 2040, que consiste numa redução de 90 % das emissões líquidas de gases com efeito de estufa (GEE), em comparação com os níveis de 1990. Esta nova meta reforça a trajetória da UE para alcançar a neutralidade climática até 2050 em todos os setores da economia.

A partir de 2036, os créditos internacionais de alta qualidade poderão ser utilizados, até um limite de 5 % das emissões líquidas da UE em 1990, para prestar uma contribuição adequada para a meta de 2040 de uma forma que seja simultaneamente ambiciosa e eficiente em termos de custos. Isto significa que pelo menos 85 % das reduções de emissões terão de ser alcançadas dentro da UE. Os créditos deverão basear-se em atividades credíveis de redução das emissões de gases com efeito de estufa nos países parceiros, em conformidade com o Acordo de Paris.

A Lei Europeia em matéria de Clima, na sua nova redação, estabelece outros elementos fundamentais que a Comissão deve ter em conta na elaboração das suas propostas legislativas para o período pós-2030, colocando a ênfase na competitividade, na simplificação, na justiça social, na segurança energética e na acessibilidade dos preços da energia, a par de outras prioridades.

Entre esses elementos incluem-se: as remoções permanentes de carbono baseadas na UE (processos que envolvem a captura de dióxido de carbono da atmosfera e o seu armazenamento duradouro) como forma de compensar as emissões residuais difíceis de reduzir no âmbito do sistema de comércio de licenças de emissão da UE; e, o reforço da flexibilidade em cada setor e instrumento e entre setores e instrumentos, a fim de apoiar a consecução das metas de uma forma simples e eficaz em termos de custos.

A Lei Europeia em matéria de Clima, tal como alterada, também adia por um ano (de 2027 para 2028) a data em que o sistema de comércio de licenças de emissão da UE para o transporte rodoviário, os edifícios e outros setores (CELE 2) ficará plenamente operacional.

Esta adoção constitui a última etapa do processo legislativo. O regulamento alterado entrará em vigor 20 dias após a sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia* e será diretamente aplicável em todos os países da UE. A Comissão irá apresentar as propostas pertinentes para aplicar a meta climática vinculativa da UE para 2040.

Conselho aprova posição para simplificar regras sobre biocidas

Os representantes dos Estados-Membros aprovaram a posição do Conselho sobre a proposta da Comissão de prorrogar determinados períodos de proteção de dados relativos aos biocidas. A proposta faz parte do chamado pacote legislativo «Omnibus X» da agenda de simplificação da UE. O pacote visa reduzir os custos e os encargos administrativos, mantendo simultaneamente os requisitos muito rigorosos da UE em matéria de segurança dos alimentos e dos alimentos para animais, saúde e proteção do ambiente.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre a posição do Conselho.

Após a aprovação do mandato do Conselho, a presidência dará início às negociações com o Parlamento Europeu.



Coesão e solidariedade interna da UE

Comissão aprova apoio técnico para ajudar os Estados-Membros a executar reformas e modernizar os serviços públicos

A Comissão Europeia aprovou um novo pacote de 176 pedidos de assistência técnica ao abrigo do Instrumento de Assistência Técnica (IAT) 2026, destinado a ajudar os países da UE a conceber reformas, a aplicar a legislação da UE e a modernizar as suas administrações públicas.

A Comissão ajudará, nomeadamente, os 27 Estados-Membros a dar resposta às recomendações específicas por país do Semestre Europeu, o processo anual de coordenação das políticas económicas da UE. Este apoio ajudará a preparar o terreno para o próximo quadro financeiro plurianual (2028-2034), assegurando o alinhamento dos planos de parceria nacionais e regionais com as prioridades da UE.

Alguns domínios de apoio incluem ajudar os Estados-Membros a melhorar os seus sistemas fiscais, aplicar o Regulamento Inteligência Artificial da UE e adotar a IA nos serviços públicos. Inclui igualmente a criação de uma Academia de Regulação da Energia em 2026 para apoiar as mudanças no mercado da eletricidade da UE. Além disso, serão organizados 66 intercâmbios e visitas de estudo através do programa [de intercâmbio de cooperação entre administrações públicas](#) (PACE), a fim de partilhar conhecimentos e boas práticas.

O Instrumento de Assistência Técnica (IAT) disponibiliza conhecimentos especializados adaptados aos países da UE, ajudando-os a executar reformas estruturais e a melhorar a governação.

[Estão disponíveis em linha mais informações](#) sobre o IAT.

A Comissão aprova o quinto pedido de pagamento da Eslovénia no valor de 266,8 milhões de euros ao abrigo do NextGenerationEU

A Comissão Europeia avaliou positivamente o quinto pedido de pagamento da Eslovénia no valor de 266,8 milhões de euros ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), o eixo central do NextGenerationEU.

Este é um passo importante na execução das reformas e investimentos associados a este pedido de pagamento, nas áreas das pensões, saúde, transportes sustentáveis, gestão da água, bem como preparação e resposta a catástrofes causadas pelo clima.

A Comissão considerou que a Eslovénia concluiu satisfatoriamente oito marcos e oito metas definidos na Decisão de Execução do Conselho.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes das principais medidas emblemáticas incluídas neste pedido de pagamento.



Cultura e Comunicação

Comissão anuncia 60 milhões de euros ao abrigo do programa Europa Criativa para promover a cooperação nos setores culturais e criativos

A Comissão Europeia publicou o convite à apresentação de projetos de cooperação europeia de 2026 no âmbito do [programa Europa Criativa](#), o programa emblemático da UE para os setores culturais e criativos. Com um orçamento de 60 milhões de euros, o convite à apresentação de propostas apoiará cerca de 150 projetos que realizam uma vasta gama de atividades culturais e criativas, promovendo, nomeadamente, a cooperação transfronteiriça, o reforço das capacidades, o talento artístico e as práticas inovadoras. Estes projetos envolverão artistas e organizações de todos os setores da vertente cultural do programa Europa Criativa, incluindo teatro, dança, música, património, arquitetura, literatura, design e moda.

Os candidatos dos países que participam no programa Europa Criativa têm até 5 de maio de 2026 para apresentar as suas propostas.

Pode encontrar [aqui](#) mais informações sobre os procedimentos de candidatura e os critérios de elegibilidade.



Defesa e Segurança

Comissão e Suíça assinam acordo sobre a transferência de dados de registos de passageiros

O Comissário Brunner assinou, em nome da UE, um acordo sobre a transferência de dados de registo de passageiros (PNR) por transportadoras aéreas que operam voos entre a UE e a Suíça. A assinatura ocorreu no âmbito da reunião do Conselho de Justiça e Assuntos Internos, e a Suíça foi representada pelo Conselheiro Federal Beat Jans, chefe do Departamento Federal de Justiça e Polícia.

Os dados PNR são informações fornecidas pelos passageiros durante o processo de reserva e de check-in e recolhidas pelas companhias aéreas no decorrer normal do seu negócio. A utilização e análise dos dados PNR é essencial para combater o terrorismo, o crime grave e organizado, o tráfico de droga e a exploração infantil. Este acordo PNR com a Suíça reforçará ainda mais a cooperação entre as autoridades policiais na Área Schengen, da qual a Suíça participa como Estado associado.

O acordo garantirá um elevado nível de proteção da privacidade através de fortes salvaguardas. Completar-se-á o quadro para a troca de dados PNR entre a UE e a Suíça: já hoje, os Estados-Membros da UE recebem dados PNR sobre voos que operam para e a partir da Suíça, em conformidade com a Diretiva PNR. Este acordo criará a base jurídica para que a Suíça também receba dados PNR.

Após a assinatura, a Suíça dará início ao seu procedimento nacional de ratificação. Do lado da UE, a Comissão proporá ao Conselho a adoção de uma decisão que conclua o acordo, após obter o consentimento do Parlamento Europeu.

A UE já assinou acordos que permitem às transportadoras da UE transferir dados PNR para os Estados Unidos, Austrália, Reino Unido, Canadá, Noruega e Islândia. Além disso, este acordo baseia-se na recente assinatura de um conjunto de acordos entre a UE e a Suíça, que aprofundaram e expandiram a sua relação.



Diplomacia e solidariedade externa da UE

União Europeia e Suíça assinam novos acordos para aprofundar relações

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o Presidente da Confederação Suíça, Guy Parmelin, assinaram na passada segunda-feira um amplo conjunto de acordos destinados a aprofundar e expandir as relações entre a União Europeia e a Suíça. O pacote estabelece um moderno quadro de referência para a UE e a Suíça, permitindo um acesso sem entraves a um mercado de 460 milhões de consumidores em setores-chave, proporcionando benefícios económicos a ambas as partes.

Ao alinhar as normas e regras em domínios estreitamente integrados, este pacote proporcionará segurança jurídica, simplificará o comércio de bens como dispositivos médicos e produtos alimentares e facilitará o abastecimento transfronteiriço das empresas de ambos os lados da fronteira. Além disso, assegurará regras mais coerentes para as pessoas que vivem, trabalham ou estudam no espaço transfronteiriço UE-

Suíça. A Suíça contribuirá para o desenvolvimento de legislação nos domínios abrangidos pelo pacote e terá a oportunidade de influenciar estas regras à medida que forem sendo concebidas.

A assinatura constitui um passo importante no processo da conclusão da ratificação do pacote. Permitirá que ambas as partes façam avançar os respetivos processos de ratificação.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.

Reunião informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros, 1 de março de 2026

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros da UE discutiram a situação no Médio Oriente e, nomeadamente, os últimos desenvolvimentos no Irão.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Reunião extraordinária dos Ministros dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Cooperação do Golfo e da União Europeia, 5 de março de 2026

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e da União Europeia realizaram uma reunião extraordinária em 5 de março de 2026 para discutir a escalada no Médio Oriente e os ataques inaceitáveis do Irão contra os países do CCG.

No final da reunião foi emitida uma declaração conjunta, a que pode aceder [aqui](#).

Comissão suspende isenção de visto para os titulares georgianos de passaportes diplomáticos, de serviço ou oficiais ao abrigo do Mecanismo de Suspensão de Vistos revisto

A Comissão Europeia [suspende a isenção de visto para os titulares de passaportes diplomáticos, de serviço e oficiais da Geórgia](#). São agora obrigados a estar na posse de um visto quando entram no espaço Schengen para fins oficiais. É a primeira vez que é aplicado o novo [mecanismo reforçado de suspensão de vistos](#). Esta decisão surge na sequência da aprovação pelos Estados-Membros.

O mecanismo de suspensão de vistos é ativado em resposta à violação deliberada e persistente pela Geórgia dos compromissos assumidos ao abrigo do seu regime de isenção de vistos em domínios fundamentais da democracia e dos direitos fundamentais.

Pode encontrar [aqui](#) mais informações.



Economia, Comércio e Concorrência

Comércio de mercadorias com os Estados Unidos em 2025

Em 2025, a [UE exportou mercadorias no valor](#) de 554,0 mil milhões de euros para os Estados Unidos e [importou 354,4 mil milhões de euros](#), o que resultou num [excedente comercial de 199,6 mil milhões de euros](#). Em comparação com 2024, tanto as exportações como as importações aumentaram 3,4 % e 4,8 %, respetivamente.

No primeiro trimestre de 2025, tanto as importações provenientes dos Estados Unidos como, em especial, as exportações para os Estados Unidos aumentaram significativamente, seguindo-se uma descida acentuada no segundo trimestre. No terceiro trimestre, as importações cresceram ligeiramente, enquanto as exportações registaram uma descida modesta. Por último, no quarto trimestre, tanto as exportações como as importações diminuíram.

Ao analisar a repartição de acordo com as [categorias da Classificação](#) Tipo do Comércio Internacional (CTCI), os cinco principais grupos de produtos mais exportados em 2025 representaram mais de metade (53,0 %) de todas as exportações para os Estados Unidos. Tratava-se de medicamentos e produtos farmacêuticos (29,0 %), veículos rodoviários (7,5 %), máquinas e equipamentos industriais em geral (5,9 %), máquinas elétricas, aparelhos e peças elétricas (5,8 %) e máquinas e equipamentos geradores (4,8 %).

Do mesmo modo, para as importações, as cinco principais categorias representaram 52,1 % de todas as mercadorias importadas. Os medicamentos e os produtos farmacêuticos (17,0 %) também representaram a maior percentagem de produtos importados, seguidos do petróleo, dos produtos petrolíferos e dos materiais conexos (11,2 %), das máquinas e equipamentos geradores (9,4 %), do gás natural e manufaturado (7,9 %) e de outros equipamentos de transporte (6,6 %).

Para mais informações consultar [aqui](#) o Eurostat.

Inflação anual na área do euro até 1,9%

A inflação anual na área do euro deverá situar-se em 1,9 % em fevereiro de 2026, face a 1,7 % em janeiro, de acordo com uma estimativa provisória do Eurostat, o Serviço de Estatística da União Europeia.

Analisando as principais componentes da inflação na área do euro, espera-se que os serviços tenham a taxa homóloga mais elevada em fevereiro (3.4%, face a 3.2% em janeiro), seguidos dos produtos alimentares, álcool e tabaco (2.6%, estável face a janeiro), dos produtos industriais não energéticos (0.7%, face a 0.4% em janeiro) e dos produtos energéticos (-3.2%, face a -4.0% em janeiro).

Pode encontrar mais detalhes desta publicação do Eurostat [aqui](#).

Relatório Anual Safety Gate mostra reforço da ação contra produtos perigosos e maior proteção dos consumidores na Europa

A Comissão Europeia [apresentou](#) o [relatório anual sobre o sistema de alerta rápido Safety Gate](#) para produtos não alimentares perigosos. O relatório inclui uma panorâmica dos produtos perigosos comunicados através do sistema Safety Gate em 2025 e das medidas tomadas pelas autoridades nacionais para proteger os consumidores.

Em 2025, foram comunicados 4 671 alertas no sistema Safety Gate, o número mais elevado desde o lançamento do sistema em 2003, representando um aumento de 13 % em relação a 2024 e mais do dobro dos alertas comunicados em 2022. As autoridades nacionais também realizaram um número recorde de ações de seguimento. Foram comunicadas 5 794 ações de seguimento, o que representa um aumento de 35 % relativamente ao ano anterior. Esta evolução reflete a eficácia crescente do sistema, reforçado ao abrigo do Regulamento Segurança Geral dos Produtos, que possibilita uma partilha cada vez mais sistemática de informações entre as autoridades de fiscalização do mercado em toda a UE e no Espaço Económico Europeu.

Em 2025, os produtos perigosos mais frequentemente comunicados foram os cosméticos (36 %), os brinquedos (16 %) e os aparelhos e equipamentos elétricos (11 %).

Os riscos para a saúde decorrentes de produtos que contêm produtos químicos perigosos continuaram a ser a principal causa dos alertas, representando mais de metade de todas as comunicações (53 %), seguindo-se o risco de lesões (14 %) e o risco de asfixia (9 %). Quase oito em 10 alertas sobre cosméticos assinalaram riscos químicos relacionados com a presença de BMCHA (Lilial), uma fragrância sintética proibida que pode ter efeitos nocivos no sistema reprodutivo e causar irritação cutânea. As autoridades nacionais comunicaram pela primeira vez casos de verniz para as unhas contendo TPO, um produto químico proibido em 2025 que também pode representar riscos para a saúde pré-natal e provocar reações alérgicas.

UE-Mercosul: Conselho dá luz verde a cláusulas de salvaguarda para os produtos agrícolas

O Conselho [adotou](#) formalmente o Regulamento que aplica as cláusulas bilaterais de salvaguarda do Acordo de Parceria UE-Mercosul e do Acordo Provisório sobre comércio UE-Mercosul no que diz respeito aos produtos agrícolas. O regulamento visa reforçar a proteção dos agricultores da UE, permitindo a rápida aplicação de medidas de salvaguarda nos casos em que as importações provenientes dos parceiros do Mercosul ameacem causar um prejuízo grave aos produtores da UE.

O regulamento baseia-se nos mecanismos de salvaguarda da UE já existentes, mas introduz procedimentos mais rápidos e fatores de desencadeamento simplificados. Estabelece, nomeadamente, um limiar de 5 % numa média de três anos para a abertura de um inquérito relativo a produtos sensíveis. Esses inquéritos deverão ser concluídos no prazo de quatro meses e, em casos urgentes, podem ser adotadas medidas provisórias no prazo de 21 dias.

A Comissão acompanhará também de forma proativa as importações de produtos agrícolas sensíveis e publicará relatórios periódicos sobre a evolução do mercado.

O regulamento adotado será agora publicado no *Jornal Oficial da União Europeia* e entrará em vigor no vigésimo dia após a sua publicação. O regulamento aplicar-se-á ao Acordo Provisório sobre comércio e continuará a aplicar-se quando o Acordo de Parceria UE-Mercosul for plenamente ratificado.

Educação

Novas orientações para ajudar os professores a liderar a educação digital da Europa

Enquanto professor, está no centro da transformação digital da Europa. Para o apoiar nesta viagem, a Comissão Europeia publicou quatro novos conjuntos de orientações.

Estas ferramentas práticas ajudam os educadores do ensino primário e secundário a combater a desinformação, a navegar na inteligência artificial (IA), a ensinar informática com confiança e a fazer escolhas informadas sobre os conteúdos educativos digitais.

As quatro orientações preveem: orientações práticas; exemplos de salas de aula prontas a utilizar; critérios de qualidade claros; definições atualizadas; e, apoio a professores e dirigentes escolares.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada.

Emprego e Demografia

Comissão propõe 2 milhões de euros do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização para apoiar 507 trabalhadores despedidos da Liberty Steel na Bélgica

A Comissão Europeia [propôs](#) a mobilização de 2 milhões de euros do [Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização a favor dos Trabalhadores Despedidos](#) (FEG) para apoiar 507 trabalhadores despedidos após a falência da Liberty Steel Belgium.

As linhas de produção da Liberty Steel na Bélgica cessaram em dezembro de 2021 devido à escassez de matérias-primas. Apesar dos esforços para reestruturar a entidade, a produção nunca foi retomada e os trabalhadores foram colocados em esquemas de trabalho de curto prazo. Após uma inatividade prolongada, o Tribunal de Comércio de Liège declarou a Liberty Steel falida em 22 de abril de 2025, resultando na perda de 507 trabalhadores.

O financiamento do FEG apoiará os trabalhadores afetados através de medidas como aconselhamento e orientação profissional, formação em novas competências profissionais e horizontais e assistência às pessoas que pretendam criar as suas próprias empresas. Em conjunto, estas medidas ajudarão os trabalhadores despedidos a adquirir novas competências e a reintegrar o mercado de trabalho. O seu custo total estimado ascende a 2,4 milhões de euros, dos quais 85% (2 milhões de euros) serão cobertos pela Comissão e 15% (0,4 milhões de euros) pelos serviços públicos de emprego da Valónia.

As autoridades belgas começaram a prestar apoio aos trabalhadores já em junho de 2025, pouco depois da falência. O FEG pode cobrir retroativamente estes custos.

A proposta da Comissão exige agora a aprovação do Parlamento Europeu e do Conselho. Necessita de uma maioria simples no Parlamento Europeu e de uma maioria qualificada no Conselho.

As mulheres ocuparam 35 % dos cargos de gestão em 2024

Em 2024, 35,2 % de todos os cargos de gestão na [UE](#) eram ocupados por mulheres, contra 31,8 % em 2014.

As mulheres estavam mais representadas entre os jovens gestores (39,0% de todos os gestores na faixa etária 15-39), e a proporção diminuiu com a idade. Havia 34,4% de mulheres entre os gestores de 40 a 64 anos e 26,5% entre os de 65 anos ou mais.

Entre os países da UE, em 2024, a maior percentagem de mulheres em cargos de gestão registou-se na Suécia (44,4 %), seguida da Letónia (43,4 %) e da Polónia (41,8 %). As percentagens mais baixas registaram-se em Chipre (25,3 %), na Croácia (27,6 %) e em Itália (27,9 %).

Desde 2014, 24 países da UE registaram um aumento da percentagem de mulheres em cargos de gestão. Os maiores aumentos registaram-se no Luxemburgo ([+13,7 pontos percentuais](#)), em Malta (+10,1 pontos percentuais) e em Chipre (+7,9 pontos percentuais). Em contrapartida, a Eslovénia (-3,8 p.p.), a Letónia (-0,7 p.p.) e a Lituânia (-0,2 p.p.) registaram diminuições.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes da estatística publicada pelo Eurostat.

Mulheres no trabalho: uma panorâmica das disparidades entre homens e mulheres no emprego na UE

Ao analisar o [mercado de trabalho da UE](#), os dados mostram que, embora a taxa de [emprego dos homens](#) se situasse em 80,8 % em 2024, a taxa de emprego das mulheres era de 70,8 %, resultando numa disparidade de género no emprego de 10,0 pontos [percentuais](#) (pp). As disparidades entre homens e mulheres no emprego são definidas como a diferença entre as taxas de emprego de homens e mulheres com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos.

No entanto, em termos de emprego a tempo parcial, a percentagem de trabalhadoras a tempo parcial no emprego total foi muito mais elevada (27,8 %) do que a dos homens (7,7 %). A mesma tendência foi registada nos contratos temporários (11,3 % contra 8,9 %) e nas situações de subemprego (3,6 % contra 1,6 %), em que a percentagem de mulheres foi superior à dos homens.

Em 2024, a maior disparidade de género no emprego registou-se em Itália, com 19,4 p.p., seguida da Grécia (18,8 p.p.) e da Roménia (18,1 p.p.). Por outro lado, a diferença foi quase negligenciável na Finlândia (0,7 p.p.) e relativamente estreita na Lituânia (1,4 p.p.) e na Estónia (1,7 p.p.).

Entre 2014 e 2024, as disparidades entre homens e mulheres no emprego na UE diminuíram 1,1 p.p. Esta tendência foi registada em 22 países da UE, com a diminuição mais elevada observada em Malta (-13,2 p.p.). Outras diminuições variaram entre -7,4 p.p. no Luxemburgo e -4,9 p.p. na Chéquia e -0,2 p.p. em França.

Na Grécia, as disparidades entre homens e mulheres no emprego mantiveram-se inalteradas entre 2014 e 2024, em 18,8 p.p., tendo aumentado em Chipre (+2,3 p.p.), na Bulgária (+1,4 p.p.), na Roménia (+0,6 p.p.) e em Itália (+0,5 p.p.).

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes desta publicação do Eurostat, o Serviço de Estatística da União Europeia.



Energia

UE tem de subir a fasquia para melhorar a segurança nuclear no mundo

A Comissão Europeia deve ter uma estratégia melhor quando apoia os países fora da União Europeia (UE) a reforçarem a segurança nuclear. Esta é a conclusão do novo relatório do Tribunal de Contas Europeu (TCE). Os auditores afirmam que, apesar de algumas conquistas importantes, Bruxelas não tem uma estratégia completa e atual. Por isso, não é muito claro o que a UE quer alcançar e é difícil coordenar o

apoio financeiro. O TCE também critica a Comissão por não definir bem as prioridades nem conseguir seguir de perto vários aspetos do financiamento europeu.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre o relatório do TCE, bem como consultar a [versão integral](#) do relatório.



My Voice, My Choice: pelo aborto seguro e acessível

A iniciativa «[My Voice, My Choice: pelo aborto seguro e acessível](#)» foi apresentada à Comissão Europeia em 1 de setembro de 2025, depois de obter 1 124 513 declarações de apoio devidamente verificadas. Ver [notícias da Comissão Europeia](#).

Nos termos do artigo 15.º do Regulamento ICE, em 1 de outubro de 2025, os organizadores da iniciativa apresentaram os seus objetivos numa reunião com a comissária Hadja Lahbib e vários funcionários da Comissão. Ver [fotos](#).

Em 2 de dezembro de 2025, teve lugar a apresentação da iniciativa numa audiência pública no Parlamento Europeu. Os organizadores foram convidados a fornecer informações pormenorizadas sobre os seus objetivos e os membros do Parlamento Europeu trocaram impressões sobre a iniciativa. Ver a página da [audição pública](#).

Em 16 de dezembro de 2025, o Parlamento Europeu debateu a iniciativa em sessão plenária. O Parlamento Europeu manifestou o seu apoio à iniciativa na [resolução](#) adotada em 17 de dezembro de 2025. Ver o [comunicado de imprensa](#) do Parlamento Europeu.

O que acontece a seguir? [Passo a passo](#).

O novo Centro Europeu da Resiliência Democrática inicia os seus trabalhos

Na reunião do Conselho dos Assuntos Gerais realizada na semana passada, a Comissão Europeia e a Presidência do Conselho convidaram os ministros dos Estados-Membros da UE para assinalar o início dos trabalhos do Centro Europeu da Resiliência Democrática. O centro é uma iniciativa emblemática do Escudo Europeu da Democracia. Visa facilitar uma abordagem consolidada e abrangente em toda a sociedade com o objetivo de aumentar a sensibilização e a capacidade de resposta às ameaças que as democracias enfrentam, bem como reforçar a resiliência democrática.

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, declarou: «Num mundo em que a informação é cada vez mais utilizada como arma para minar as nossas democracias, decidimos passar à ação. Com o Centro Europeu da Resiliência Democrática, vamos reforçar a nossa capacidade coletiva de combate à manipulação da informação e à desinformação por agentes externos. O centro reforçará a nossa resiliência, contribuirá para que o debate público na Europa continue a realizar-se de forma aberta e justa e ajudará a capacitar os cidadãos para a participação na vida democrática.»

O Comissário Europeu responsável pela pasta da Democracia, Justiça, Estado de Direito e Proteção dos Consumidores, Michael McGrath, estudará com os ministros dos Estados-Membros da UE a forma como o centro poderá facilitar a partilha de conhecimentos especializados e experiências, apoiar a elaboração de respostas eficazes a ameaças comuns e gerar resultados tangíveis para os cidadãos europeus. O interesse que todos os Estados-Membros demonstraram pela criação do centro mostra que a iniciativa responde a uma clara necessidade. O centro será implementado de forma flexível, com projetos de reforço das capacidades que reflitam as prioridades dos Estados-Membros. Contribuirá para evitar a fragmentação dos esforços neste domínio, permitindo ligar as redes e estruturas que já trabalham em medidas de prevenção, deteção, análise e resposta aos padrões das ameaças no espaço informativo, ajudando-as a trabalhar de forma eficaz e evitando duplicações.

Com o lançamento do Centro Europeu da Resiliência Democrática damos mais um passo para o reforço da resiliência democrática, a proteção da integridade do debate público e o fortalecimento da confiança nos sistemas democráticos da Europa.

Mais informações disponíveis no [comunicado de imprensa](#).

Comissão regista Iniciativa de Cidadania Europeia que apela à criação de uma plataforma europeia de redes sociais

A Comissão Europeia registou uma Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) intitulada «**Rede Social Pública Europeia**».

A iniciativa convida a Comissão a criar, através de um ato legislativo, «uma *plataforma pública de redes sociais a nível europeu*». Essa plataforma de redes sociais «constituiria uma *alternativa às plataformas atuais e funcionaria como um serviço para a sociedade, seria financiada pela sociedade e estaria sob a sua supervisão*» e «*poderia manter-se imparcial e independente das pressões políticas, garantindo simultaneamente os direitos de todas as pessoas sem distinção*».

Uma vez que esta iniciativa preenche as condições formais estabelecidas na legislação pertinente, a Comissão considera-a legalmente admissível ao abrigo do [Regulamento Iniciativa de Cidadania Europeia](#). A Comissão não analisou o conteúdo das propostas nesta fase. O registo não influencia a decisão final da Comissão quanto ao seu mérito, nem qualquer ação potencial que esta possa tomar. A Comissão só tomará uma decisão sobre a iniciativa se recolher pelo menos um milhão de assinaturas de cidadãos da UE.

Para mais informações, consultar o [comunicado de imprensa](#).



Comissão procura pontos de vista sobre a forma de promover a habitação a preços acessíveis

A Comissão Europeia procura obter reações sobre as medidas destinadas a aliviar a pressão sobre o mercado da habitação, que contribuirão para os preparativos da Lei da Habitação a Preços Acessíveis. As partes interessadas são convidadas a apresentar os seus pontos de vista através de um [questionário](#) até 29 de março de 2026 e a responder a um [convite à apreciação](#) até 3 de abril de 2026.

A falta de habitação a preços acessíveis é a [preocupação mais urgente para os europeus que vivem nas cidades](#). As maiores cidades e os destinos turísticos mais populares da UE enfrentam a maior pressão. A Lei da Habitação a Preços Acessíveis contribuirá para a realização dos objetivos do [Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis](#), apresentado em dezembro de 2025. A iniciativa visa proporcionar um quadro regulamentar claro e estável que permita às autoridades públicas identificar as zonas em situação de stress habitacional. Incluirá igualmente medidas para proteger e promover a acessibilidade dos preços da habitação nessas zonas, em especial através de uma proposta legislativa sobre o arrendamento de curta duração.

No âmbito do processo de consulta, a Comissão está a organizar vários seminários e reuniões com os Estados-Membros e as autoridades locais. [Mais informações](#) estão disponíveis online.



Comissão apresenta nova Estratégia para a Igualdade de Género 2026-2030 para uma Europa mais igualitária, coesa e bem-sucedida

A Comissão Europeia apresentou a sua nova [Estratégia para a Igualdade de Género para 2026-2030](#). A estratégia integra a igualdade de género em todos os aspetos da vida, em linha e fora de linha, desde a educação e a saúde até ao trabalho e à vida pública, e aborda as ameaças modernas, como a ciberviolência e os riscos relacionados com a IA, que afetam particularmente as mulheres.

Embora se tenham registado progressos, as estimativas do Instituto Europeu para a Igualdade de Género sugerem que, ao ritmo atual de mudança, a UE levaria 50 anos a alcançar a plena igualdade de género. As disparidades entre os Estados-Membros também persistem. A nova estratégia transforma os objetivos do [Roteiro para os Direitos da Mulher](#), apresentado pela Comissão e aprovado em 2025 por todos os Estados-Membros, em ações concretas para capacitar as mulheres e as raparigas, envolver homens e rapazes, opor-se vigorosamente a qualquer retrocesso em matéria de direitos fundamentais e acelerar os progressos rumo a uma Europa verdadeiramente igualitária em termos de género.

Apresentada antes do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, a presente estratégia baseia-se na legislação fundamental adotada no âmbito da [Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025](#), incluindo regras sobre o [combate à violência contra as mulheres](#), a [transparência salarial](#) e [a melhoria do equilíbrio entre homens e mulheres nos conselhos de administração das empresas](#), bem como a aplicação de regras em matéria de [conciliação entre a vida profissional e a vida familiar](#), a fim de promover a partilha equitativa das responsabilidades de prestação de cuidados.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes desta estratégia renovada para os próximos cinco anos.

UE recebeu 4,2 milhões de imigrantes em 2024

Em 2024, 4,2 milhões de pessoas emigraram de países terceiros para a UE. Este valor não inclui os requerentes de asilo e/ou os refugiados da Ucrânia sob proteção temporária para alguns países (ver nota metodológica). Além disso, 1,5 milhões de pessoas migraram entre países da UE.

Estas informações provêm de dados sobre a imigração [publicados](#) pelo Eurostat.

No total, em 2024, havia cerca de 9,2 imigrantes de países terceiros por cada 1 000 residentes na UE.

Em relação à dimensão da população residente, Malta registou a taxa mais elevada de imigração de países da UE e de países terceiros em 2024 (60 imigrantes por 1 000 residentes), seguida de Chipre (42) e do Luxemburgo (38).

Em contrapartida, a Eslováquia registou a taxa mais baixa de imigração, com 1 imigrante por 1 000 residentes, seguida da França (6) e da Itália, Letónia, Bulgária e Polónia (todos com 8).

Em quase todos os países da UE, o número total de imigrantes provenientes de países terceiros em 2024 foi superior ao número de imigrantes provenientes de outros países da UE. As únicas exceções foram o Luxemburgo (com 85,5% de imigrantes de outros países da UE) e a Roménia (56,0%).

As percentagens mais elevadas de imigrantes de países terceiros registaram-se na Chéquia (87,0%), em Itália (86,2%) e em Espanha (84,5%).

Pessoas nascidas no estrangeiro enfrentam maior discriminação

Os dados sobre a autoperceção da discriminação na [UE](#) mostram que, em 2024, as pessoas nascidas no estrangeiro (que nasceram num país diferente do país de residência) se sentiram mais discriminadas do que as pessoas nascidas no país em vários contextos sociais. A maior percentagem foi registada entre os que procuram habitação, com 12,5 % das pessoas nascidas no estrangeiro a declarar sentirem-se discriminadas, em comparação com apenas 4,3 % entre os nativos.

Ao mesmo tempo, 9,7 % das pessoas nascidas no estrangeiro sentiram-se discriminadas quando em contacto com serviços públicos ou serviços administrativos, enquanto essa percentagem para as pessoas nascidas no estrangeiro se situou em 4,5 %.

No que diz respeito aos espaços públicos (cafés, lojas, instalações desportivas, etc.), 7,8 % das pessoas nascidas no estrangeiro sentiram-se discriminadas, em comparação com 2,8 % entre as pessoas nascidas no país.

A menor diferença entre pessoas nascidas no estrangeiro e nativas foi registada ao interagir com instituições de ensino: 4,3% vs 2,3%, respetivamente.

Ao analisar especificamente a discriminação em locais públicos, os cinco países com as percentagens mais elevadas entre as pessoas nascidas no estrangeiro são também os que apresentam as maiores lacunas na autoperceção da discriminação entre as pessoas nascidas no estrangeiro e as nascidas no país. Os Países Baixos ocupam o primeiro lugar, com 16,2 % entre os nascidos no estrangeiro, em comparação com 5,0 % entre os nascidos no país (11,2 pontos [percentuais de](#) diferença), seguidos da Áustria (13,9 % contra 6,1 %), da Dinamarca (13,1 % contra 5,3 %), da Finlândia (13,1 % contra 2,4 %) e de Portugal (10,8 % contra 1,8 %).

As percentagens de discriminação autopercebida foram muito semelhantes entre os dois grupos na Croácia (0,8 % para os nascidos no estrangeiro contra 0,7 % para os nascidos na Estónia) e na Estónia (6,7 % contra 6,4 %).

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes desta informação estatística publicada pelo Eurostat.

Pensão das mulheres 25 % inferior à dos homens em 2024

Em 2024, a pensão média das mulheres com 65 anos ou mais na [UE](#) era 24,5 % inferior à dos homens.

Os maiores desvios registaram-se em Malta (40,3 %), nos Países Baixos (36,3 %) e na Áustria (35,6 %). Em contrapartida, a diferença foi menor na Estónia (5,6 %), seguida da Eslováquia (8,4 %) e da Hungria (9,6 %).

Para além dos cálculos baseados nas pensões médias, o Eurostat também [publica](#) as disparidades entre homens e mulheres utilizando os valores [médios das](#) pensões, que é o valor médio que separa a metade superior das pensões da metade inferior. Ao contrário da média, a mediana é menos sensível a um pequeno número de valores de pensão extremamente altos ou baixos.

A pensão mediana para as mulheres na UE era 24,9 % inferior à dos homens. As maiores disparidades nas pensões medianas registaram-se no Luxemburgo (43,3 %), em Espanha (41,1 %) e nos Países Baixos (39,6 %), enquanto as mais pequenas foram registadas na Estónia (-0,3 %), na Hungria (0,4 %) e na Dinamarca (2,7 %).

Ao comparar os resultados em termos médios e medianos, as maiores diferenças foram registadas na Dinamarca, onde a diferença nas pensões médias foi 12,9 pontos percentuais (pp) superior à das pensões medianas, seguida da Bélgica (11,0 pp) e da Hungria (9,2 pp).

Em alguns países, verificou-se o contrário, a diferença nas pensões medianas foi superior à das pensões médias. As disparidades nas pensões medianas foram consideravelmente mais elevadas do que as das pensões médias em Espanha (-11,9 p.p.), no Luxemburgo (-10,6 p.p.) e em Portugal (-6,5 p.p.).

Conselho define posição sobre regulamento da UE que protege os adultos vulneráveis

O Conselho definiu a sua posição sobre um ato legislativo da UE que garantirá os direitos dos adultos que precisem de proteção ou apoio em situações transfronteiriças, como a venda de bens, a necessidade de cuidados médicos no estrangeiro ou a mudança para outro país.

O novo regulamento visa proteger os direitos dos adultos que, por exemplo devido a doenças relacionadas com a idade, como a doença de Alzheimer, já não sejam capazes de tomar decisões sem o apoio dos membros da família ou de um representante. Este regulamento virá assegurar que o seu direito à autonomia, incluindo a liberdade de fazerem as suas próprias escolhas, não deixa de ser respeitado quando se deslocam no interior da UE.

As novas regras determinam o tribunal ou a autoridade competente para adotar medidas de proteção num processo transfronteiriço, a lei aplicável e a forma como as decisões ou os poderes de representação estabelecidos no estrangeiro são reconhecidos e executados.

Com base numa orientação geral parcial alcançada em junho de 2025, o Conselho chegou a acordo sobre as restantes disposições, nomeadamente as relativas à colocação dos adultos e à criação de um certificado europeu de apoio e representação.

O acordo alcançado servirá de base para o Conselho encetar negociações com o Parlamento Europeu a fim de chegar a acordo sobre um texto jurídico final.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre a posição acordada pelo Conselho.



Comissão propõe Lei do Acelerador Industrial para reforçar a indústria e criar emprego na Europa

A Comissão Europeia adotou uma proposta legislativa para aumentar a procura de tecnologias e produtos hipocarbónicos produzidos na Europa. A Lei do Acelerador Industrial (IAA) impulsionará a indústria transformadora, fará crescer as empresas e criará postos de trabalho na UE, apoiando simultaneamente a adoção pela indústria de tecnologias mais limpas e preparadas para o futuro.

Em conformidade com as recomendações do [relatório Draghi](#), o AIA introduz requisitos específicos e proporcionados «fabricados na UE» e/ou hipocarbónicos para os contratos públicos e os regimes de apoio público. Estas serão aplicáveis a determinados setores estratégicos, nomeadamente o aço, o cimento, o alumínio, os automóveis e as tecnologias de impacto zero, estabelecendo simultaneamente um quadro que pode ser alargado, se for caso disso, a outros setores com utilização intensiva de energia, como os produtos químicos. Tal reforçará as capacidades de produção europeias e aumentará a procura de tecnologias e produtos limpos produzidos na Europa. O ato inclui a obrigação de os Estados-Membros criarem um processo único de licenciamento digital para acelerar e simplificar os projetos de fabrico.

O AIA visa aumentar a criação de valor na UE, reforçando a nossa base industrial num contexto de crescente concorrência desleal a nível mundial e de dependência crescente de fornecedores de países terceiros em setores estratégicos. Por conseguinte, representa uma estratégia de apoio ao crescimento económico, à prosperidade e à segurança a longo prazo. Em 2024, a indústria transformadora representou 14,3 % do PIB da UE e, por conseguinte, desempenha um papel vital na resiliência económica, no ciclo de vida da inovação e no tecido social da Europa. A lei estabelece o objetivo de aumentar a quota-parte da indústria transformadora no PIB da UE para 20 % até 2035.

Ao mesmo tempo, a UE continua a ser um dos mercados mais abertos do mundo e está empenhada em manter essa abertura como uma fonte fundamental de força económica e resiliência. A proposta incentiva uma maior reciprocidade na contratação pública, proporcionando igualdade de tratamento aos países que oferecem às empresas da UE acesso aos seus mercados, em consonância com o relatório Draghi. Considera-se que os conteúdos provenientes de parceiros com os quais a União tenha celebrado um acordo que estabeleça uma zona de comércio livre ou uma união aduaneira, ou que sejam partes no Acordo sobre Contratos Públicos, e quando existam obrigações pertinentes da União ao abrigo desse acordo, são originários da União. Para outras intervenções públicas, nomeadamente regimes públicos e leilões, os parceiros podem ser abrangidos pelo âmbito de aplicação do AIA se tiverem um acordo de comércio livre ou uma união aduaneira com a UE.

Embora permaneça aberto ao investimento direto estrangeiro, o AIA estabelece condições para grandes investimentos em setores estratégicos superiores a 100 milhões de euros em que um único país terceiro controla mais de 40 % da capacidade de produção mundial. Esses investimentos devem criar empregos de elevada qualidade, impulsionar a inovação e o crescimento e gerar valor real na UE através da transferência de tecnologias e conhecimentos, bem como do cumprimento dos requisitos em matéria de conteúdos locais. Devem também garantir um nível mínimo de emprego europeu de 50 %, assegurando que as empresas e os cidadãos beneficiem, juntamente com os investidores, do acesso ao mercado único. Ao fazê-lo, o AIA reforça a segurança económica da UE e a resiliência da cadeia de abastecimento.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes sobre esta proposta de ato legislativo sobre o acelerador industrial.

Comissão lança estratégia marítima industrial para um setor marítimo da UE competitivo, sustentável e resiliente

A Comissão Europeia [adotou](#) uma estratégia marítima industrial abrangente para impulsionar a competitividade, a inovação e a liderança tecnológica nas indústrias transformadoras e marítimas da Europa. A estratégia define uma visão e ações concretas para reforçar a soberania industrial, o comércio e a segurança económica da Europa, apoiando simultaneamente a transição ecológica e digital dos setores.

A construção naval e o transporte marítimo da UE são vitais para a autonomia estratégica, os fluxos comerciais, a mobilidade e as capacidades de defesa da União, bem como para a proteção dos ativos e recursos das zonas económicas exclusivas da Europa.

Face à intensificação da concorrência mundial e às crescentes dependências da produção de navios de países terceiros, a estratégia introduz medidas para reforçar estas indústrias críticas, estruturadas em torno de três pilares principais.

O primeiro pilar, «Construir, equipar e reparar», centra-se no reforço das capacidades de fabrico marítimo e da liderança tecnológica da Europa para alavancar o mercado único marítimo.

O segundo pilar, «Transportes e Conexões» inclui medidas para reforçar a competitividade, a sustentabilidade e a conectividade do transporte marítimo.

O terceiro pilar, «Segurar e proteger», visa reforçar as capacidades de mobilidade naval, subaquática, militar e de dupla utilização da Europa, a fim de reforçar a segurança e a resiliência.

Estes pilares são apoiados por iniciativas horizontais, incluindo a investigação e a inovação, o financiamento e o desenvolvimento de competências. A Comissão promoverá a liderança tecnológica e a inovação da UE através de quadros políticos, regulamentares e de financiamento, e assegurará que os projetos de investigação financiados pela UE sejam efetivamente implantados no mercado.

A estratégia visa mobilizar financiamento da UE, nacional e privado para apoiar investimentos na descarbonização da frota, na inovação e na defesa. Tal inclui a mobilização dos fundos existentes, como o Mecanismo Interligar a Europa, o Fundo de Inovação, o Horizonte Europa, os programas do Fundo Europeu de Defesa, as receitas nacionais do CELE, bem como os instrumentos de partilha de riscos através do InvestEU, na pendência da adoção do próximo QFP. A Comissão procura identificar lacunas de competências no ensino marítimo, expandir as redes de formação e melhoria de competências e aumentar a participação no ensino superior marítimo.

A fim de assegurar uma aplicação eficaz, a Comissão criará um Conselho , de Alto Nível das Indústrias Marítimas e dos Portos, presidido pelo Comissário responsável e pelos vice-presidentes executivos.

A Comissão aprova ajuda estatal espanhola de 200 milhões de euros para a capacidade de fabrico na cadeia de valor dos veículos elétricos

A Comissão Europeia aprovou um regime de auxílio estatal espanhol de 200 milhões de euros para apoiar investimentos estratégicos que aumentem a capacidade de fabrico na cadeia de valor de veículos elétricos (VE), em conformidade com os objetivos do Pacto para uma Indústria Limpa. Esta medida contribuirá para a transição para uma economia com emissões líquidas zero. O regime foi aprovado ao abrigo do Quadro de Auxílios de Estado do Pacto para uma Indústria Limpa (CISAF) adotado pela Comissão em 25 de junho de 2025.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes deste regime de auxílio espanhol.



Instituições & União Europeia

Relatório Geral da Comissão de 2025 destaca as ações da UE em prol dos cidadãos e das empresas num ano marcado por mudanças profundas

A edição de 2025 do [Relatório Geral sobre as atividades da UE](#) apresenta as principais realizações da UE em 2025, proporcionando aos cidadãos respostas aos novos desafios num mundo mais volátil e fragmentado. A UE manteve-se firme na prestação de apoio político, financeiro, humanitário e militar à Ucrânia e ao seu povo, impondo simultaneamente sanções para limitar a capacidade da Rússia para financiar a sua guerra.

O relatório destaca a forma como a UE intensificou as medidas para reforçar a competitividade da sua economia, através do mercado único e das [Orientações para a Competitividade, um roteiro estratégico para impulsionar o crescimento económico](#), assegurando simultaneamente uma transição justa e sustentável do ponto de vista ambiental. 2025 representou também um importante passo em frente na redução dos encargos desnecessários para as empresas e a UE investiu nas tecnologias que moldarão o futuro, desde a inteligência artificial às energias limpas. Na cena mundial, a UE continuou a ser o principal prestador mundial de ajuda humanitária e a investir na redução das dependências e no reforço das parcerias mundiais. Paralelamente, intensificou os esforços para reforçar a sua segurança, defesa e preparação com o [pacote Readiness 2030](#), o aumento mais significativo do investimento na defesa na história da UE.

Através da [iniciativa «Escolha a Europa»](#), a UE fez progressos nos seus esforços para posicionar a Europa como o melhor lugar do mundo para a ciência e a investigação.

Eurodeputados apoiam prioridades orçamentais de 2027: coesão social, competitividade e segurança

Os eurodeputados na Comissão de Orçamentos aprovaram um projeto de relatório sobre as prioridades do Parlamento para o orçamento da UE de 2027.

No meio de uma profunda instabilidade geopolítica e institucional, ameaças à segurança crescentes, pressões protecionistas, competitividade em declínio, estrangulamentos orçamentais e desafios sociais cada vez maiores, um orçamento da UE previsível, robusto, centrado nos cidadãos e orientado para o investimento é mais essencial do que nunca, de acordo com um relatório adotado pela Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu com 20 votos a favor, 6 contra e 2 abstenções.

Os eurodeputados afirmam que o orçamento da UE deve promover a prosperidade através da competitividade, fortalecer a coesão económica, social e territorial, criar e proteger empregos de qualidade e reforçar a segurança e as capacidades de defesa. Estão também preocupados com o facto de permanecer uma quantia muito limitada de financiamento para enfrentar os desafios emergentes no que será o último orçamento anual no âmbito do atual quadro financeiro plurianual (QFP) 2021–2027.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.



Juventude

Comissão apresenta a primeira estratégia para a equidade intergeracional

A Comissão Europeia adotou a sua primeira [estratégia para a equidade intergeracional](#), a fim de continuar a desenvolver o reflexo do pensamento a longo prazo na elaboração das políticas da UE, dando simultaneamente maior peso aos pontos de vista e às preocupações dos jovens. O objetivo global da UE é garantir que as decisões atuais são tomadas tendo em mente o futuro, assegurando um equilíbrio justo de benefícios e encargos entre todas as gerações.

A estratégia está em consonância com os esforços mundiais no sentido de uma abordagem a longo prazo no planeamento e nas políticas, como na [Declaração das Nações Unidas sobre as Gerações Futuras](#).

É moldada em torno do conceito de «contrato intergeracional», assente numa tripla base: elaboração de políticas justas, através da aplicação de um «controlo da juventude» e de instrumentos de prospetiva; oportunidades justas para fazer face ao risco de discriminação em razão da idade; e, locais justos, para que a região em que nasces não defina o teu futuro.

Adota uma perspetiva de longo prazo, analisando a forma como desafios complexos, como as alterações demográficas, as mudanças geopolíticas, as alterações do mercado de trabalho, as alterações climáticas, a digitalização e a inteligência artificial, entre muitos outros, afetam as gerações atuais e futuras. A estratégia reconhece que esses desafios ilustram tanto o âmbito como a urgência desta questão.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada sobre as propostas incluídas nesta estratégia.

Estão abertas as candidaturas para o Programa Jovens Políticos Eleitos 2026

O próximo convite à apresentação de candidaturas decorrerá de 2 de março a 17 de abril de 2026, convidando os jovens dirigentes locais e regionais a aderirem a uma das redes políticas da juventude mais dinâmicas da UE.

Pode encontrar mais informação [aqui](#), incluindo o acesso ao formulário de candidatura.

Comissão realiza primeira reunião do Painel Especial sobre a segurança das crianças em linha

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, organizou na passada quinta-feira a primeira reunião do Painel Especial sobre a segurança das crianças em linha. O painel, anunciado no [discurso sobre o estado da União de 2025](#), formulará recomendações de peritos para proteger e capacitar melhor as crianças em linha e explorará a necessidade de potenciais restrições de idade harmonizadas para aceder às redes sociais.

O painel é copresidido por Maria Melchior, diretora do Instituto Nacional Francês de Saúde e Investigação Médica (INSERM) e pelo professor Dr. Jörg M. Fegert, diretor do Departamento de Psiquiatria e Psicoterapia Infantil e Adolescente do Centro Médico da Universidade de Ulm. As diferentes reuniões do painel incluirão representantes da juventude, juntamente com especialistas de vários domínios, como a saúde, a informática, os direitos da criança e a literacia digital.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre esta primeira reunião.



Comissão apresenta estratégia portuária da UE para reforçar a competitividade, a segurança e a sustentabilidade dos portos europeus

A Comissão Europeia adotou a Estratégia Portuária da UE, um quadro abrangente para reforçar a competitividade, a resiliência, a segurança e a sustentabilidade dos portos da Europa.

Os portos são uma pedra angular da economia da UE, movimentando cerca de 74 % do comércio externo, 3,4 mil milhões de toneladas de mercadorias e quase 395 milhões de passageiros por ano. Além disso, apoiam mais de 423 000 postos de trabalho diretos. Enquanto portas de acesso estratégicas, os portos estão na base da transição da Europa para o comércio, a segurança e as energias limpas, promovendo simultaneamente o crescimento, o emprego de qualidade e a coesão territorial para as regiões insulares, costeiras, árticas e ultraperiféricas.

No entanto, à medida que os portos evoluem para polos industriais multifuncionais, devem expandir a capacidade, descarbonizar, digitalizar e reforçar a segurança – simultaneamente e em grande escala.

O reforço dos portos da UE garantirá a autonomia estratégica da Europa e as cadeias de abastecimento críticas, acelerará a transição para as energias limpas e manterá a liderança mundial no transporte por via navegável, ajudando simultaneamente a UE a alcançar a neutralidade climática até 2050.

A estratégia apresenta ações centradas em cinco prioridades para dar resposta aos desafios mais prementes: reforçar a competitividade, a inovação e a digitalização; promover a transição energética, a sustentabilidade e as indústrias limpas; proteger e garantir a segurança dos portos; acesso ao financiamento e aos investimentos; e, coesão social, competências e empregos de qualidade.

A fim de assegurar uma aplicação eficaz, a Comissão criará um Conselho, de Alto Nível das Indústrias Marítimas e dos Portos, presidido pelo Comissário responsável e pelos vice-presidentes executivos.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada sobre a proposta adotada pela Comissão Europeia.

Presidente Ursula von der Leyen lança iniciativa OceanEye em defesa de uma aliança internacional pela observação e proteção dos oceanos

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, defendeu a criação de uma Aliança Internacional para o reforço e alargamento da monitorização e observação dos oceanos. A Aliança Internacional apoiará a OceanEye, a iniciativa europeia de observação dos oceanos, com o objetivo de intensificar os esforços e a colaboração a nível mundial no que se refere à observação dos oceanos.

A Presidente Ursula von der Leyen anunciou igualmente uma contribuição de 50 milhões de euros do [Horizonte Europa](#) destinados à Aliança Internacional para o período 2026-2027.

A Iniciativa Europeia Observação dos Oceanos tinha sido anunciada pela Presidente Ursula von der Leyen e pelo Comissário das Pescas e dos Oceanos, Costas Kadis, durante a Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos de 2025.

Na sua intervenção na cerimónia de abertura das [Jornadas Europeias do Oceano](#), a Presidente Ursula von der Leyen declarou: «Apresentámos hoje a OceanEye, uma iniciativa importante para reforçar a liderança da UE na observação dos oceanos e para concretizar o nosso potencial oceânico. Vamos promover o conhecimento científico, reforçar a competitividade da economia azul, fortalecer a segurança marítima e, sobretudo, proteger a saúde dos oceanos. Juntamente com parceiros internacionais, vamos trabalhar em prol de um sistema mundial de observação dos oceanos que seja sustentável e resiliente.»

Para mais informações, consultar o [comunicado de imprensa](#).



Proteção Civil

A Comissão coordena voos de repatriação do Médio Oriente ao abrigo do Mecanismo de Proteção Civil da UE

Em resposta aos recentes desenvolvimentos na região, a Comissão está a tomar todas as medidas possíveis para garantir a segurança dos cidadãos da UE, apoiando os Estados-Membros na coordenação de voos de repatriamento do Médio Oriente.

A prioridade é assistir os Estados-Membros e proteger os cidadãos da UE retidos na região e trazê-los em segurança de volta a casa, para a Europa. A 5 de março, 10 Estados-Membros ativaram o Mecanismo, nomeadamente Bélgica, Bulgária, Chéquia, França, Itália, Chipre, Luxemburgo, Roménia, Eslováquia e Áustria.

Pode encontrar [mais](#) informação aqui.



Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034

Sistema de recursos próprios: Quadro financeiro plurianual 2028-2034

A 16 de julho de 2025, a Comissão Europeia adotou a sua proposta para o quadro financeiro plurianual (QFP) 2028-2034, que foi concluída a 3 de setembro com a adoção de um segundo pacote. A parte relativa aos recursos próprios da proposta destina-se a dotar a UE de um fluxo de receitas diversificado e de meios suficientes para concretizar as prioridades da UE, bem como para o reembolso da dívida criada pelo NextGenerationEU.

Pode obter [aqui](#) mais detalhes da proposta da Comissão Europeia num briefing disponibilizado pelo [Serviço de Estudos do Parlamento Europeu](#) (EPRS).



Tecnologia e Informática

Simplificação das Regras Digitais da UE: Estudo Digital Omnibus apresentado na Comissão IMCO do Parlamento Europeu

Um novo estudo que analisa o pacote "Digital Omnibus" foi [apresentado](#) na Comissão do Mercado Interno e Proteção dos Consumidores (IMCO) do Parlamento Europeu. O estudo descreve as principais alterações que a Comissão propôs nas regras digitais chave sobre dados, privacidade, cibersegurança e IA. Identifica interligações e sobreposições entre atos legislativos existentes. Além disso, o estudo destaca questões que requerem escrutínio parlamentar, melhoria da segurança jurídica, reforço da aplicação e proteção do direito dos consumidores.

O Omnibus Digital procura abordar as sobreposições na legislação digital da UE, reduzir os encargos administrativos e de relatório, combater a chamada 'fadiga dos cookies' e eliminar atritos na economia dos dados. O estudo identifica elementos que são amplamente apoiados, como medidas de simplificação administrativa, incluindo a criação de um Ponto Único de Entrada e modelos harmonizados de Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (DPIA), e apoio direcionado a PME e pequenas empresas de média dimensão, entre outros.

Ao mesmo tempo, o estudo destaca um número de preocupações, incluindo a base de evidências limitada que sustenta as propostas, a ausência de uma avaliação completa do impacto e a incerteza quanto à eficácia da simplificação proposta na redução dos encargos administrativos ou na melhoria da clareza jurídica.

Quanto às regras de IA, o estudo examina as medidas propostas para a redução de encargos e as alterações de governação, incluindo os ajustamentos às obrigações para sistemas de IA de alto risco através de uma abordagem baseada na preparação ligada a normas e orientações futuras.

Pode aceder [aqui](#) ao estudo.



Turismo

Mais um ano recorde para o turismo da UE em 2025

2025 foi outro ano recorde para o [turismo](#) da UE, com quase 3,1 mil milhões de [noites passadas](#) em estabelecimentos de alojamento [turístico](#) em toda a UE. Tal reflete um aumento de 2,2 %, ou seja, mais 66,4 milhões de noites do que em 2024.

As noites passadas por hóspedes internacionais aumentaram 3,4% (+49,7 milhões), enquanto as noites passadas por hóspedes domésticos aumentaram 1,1% (+16,7 milhões).

A maioria das dormidas, 61,7 % do total da UE, teve lugar em quatro países da UE: Espanha (513,6 milhões), Itália (476,9 milhões), França (471,7 milhões) e Alemanha (442,1 milhões). Em contrapartida, os países com os valores mais baixos para as noites turísticas foram o Luxemburgo (3,6 milhões), a Letónia (5,0 milhões) e a Estónia (6,7 milhões).

Estas informações provêm de dados [mensais sobre o turismo](#) publicados pelo Eurostat que podem ser consultados em maior detalhe [aqui](#).

Mais no Parlamento Europeu:

[Calendário para 2026 e 2027.](#)

Mais no Comité das Regiões Europeu:

[Calendário para 2026.](#)

Mais no Conselho:

[Presidências rotativas do Conselho da União Europeia: Presidência Cipriota](#)



OPORTUNIDADES DE
EMPREGO, TRABALHO OU
FORMAÇÃO EM BRUXELAS

Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Delicias de Portugal](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT – [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política 14 de julho Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!